



CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

JAMILE MELO FEIJÃO

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

JAMILE MELO FEIJÃO

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito total para à obtenção do título de graduada no curso de Psicologia pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio.

Orientador: Marcos Teles do Nascimento

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2018

A ATUAÇÃO DO PSICÓLOGO NA EDUCAÇÃO SEXUAL ESCOLAR

Orientanda: Jamile Melo Feijão¹

Orientador: Marcos Teles do Nascimento ²

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo principal analisar a importância da atuação do psicólogo no âmbito escolar para o desenvolvimento de estratégias ligadas à educação sexual. Buscou-se fazer uma leitura histórica dos currículos para que pudesse compreender a atual situação quanto ao tema. Para este fim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica baseada na investigação das ideias de alguns autores acerca da temática abordada tais como, Saviani (1985), Rohden (2009) e Maia (2016). Também serão consultadas algumas legislações educacionais brasileiras para melhor embasamento acerca do tema sexualidade. Pôde-se observar, ao fim do estudo, que a educação sexual é de suma relevância, mas que o Estado ainda a relega aos professores, muitas vezes despreparados, para lidar com o tema. Nesse sentido, a atuação de um psicólogo para que se possa alcançar um progresso efetivo faz-se mais que necessária.

Palavras-chaves: Educação; Sexologia; Psicólogo.

ABSTRACT

The main objective of this article is to analyze the importance of the psychologist's role in the school context for the development of strategies related to sex education. It was sought to make a historical reading of the curricula so that it could understand the current situation on the subject. For this purpose, a bibliographical research based on the research of the ideas of some authors about Saviani (1985), Rohden (2009) and Maia (2016) was carried out. Some Brazilian educational legislation will also be consulted for a better background on the subject of sexuality. It may be noted at the end of the study that sex education is of great relevance, but that the State still relegates it to teachers, often unprepared, to deal with the subject. In this sense, the performance of a psychologist in order to achieve effective progress is more than necessary.

Keywords: Education; Sexology; Psychologist.

¹ Discente do curso de Psicologia, Unileão. Email: feijaojam@gmail.com

² Docente do curso de Psicologia da Unileão. Email: marcosteles@leaosampaio.edu.br

1 INTRODUÇÃO

A sexualidade é um fenômeno que está relacionado tanto ao desenvolvimento físico, quanto psíquico do ser humano. É ela quem dita padrões de comportamento e interfere no cotidiano e na estabilidade mental de várias pessoas, indo muito além de uma mera postura, ou opção sexual. Contudo, apesar de ser algo tão importante e intrínseco à raça humana, ainda é um assunto que, muitas vezes, é relegado ao status de tabu o que, por sua vez, torna inviável uma adequada abordagem acerca do tema.

Um dos aspectos ligados à sexualidade que deveria receber um enfoque especial, mas não o recebe, é o ensino da sexualidade no âmbito escolar, a Educação Sexual. Tema este bastante controverso, principalmente, no que diz respeito aos métodos a serem utilizados para fornecer esse tipo de ensino.

Em uma sociedade onde a internet fornece todos os tipos de informações de cunho sexual sem controle algum, nada mais justo que crianças e adolescentes tenham acesso ao conhecimento apropriado sobre a sexualidade. Hoje, torna-se mais que necessário a elaboração de uma pedagogia de ensino que transmita a sexualidade por uma ótica sociocultural que vise o estímulo à reflexão sobre como o sexo é encarado e qual a sua importância dentro da sociedade. Isso tudo com o objetivo de auxiliar o educando a encarar esse tema sob uma nova perspectiva, na tentativa de orientá-lo na tomada de decisões durante toda a sua vida sexual.

Para isso, é fundamental que os profissionais da educação que atuam diretamente no processo de ensino-aprendizagem ampliem suas competências em referência a este assunto, com a finalidade de ajudar os alunos que não contêm informações adequadas, respondendo às dúvidas de maneira esclarecedora e respeitando as considerações de cada discente.

Contudo, é preciso que se tenha todo cuidado ao lidar com esse tema, pois para alguns alunos pode ser muito delicado e, nem sempre, o discente estará apto a responder a todos os tipos de questionamentos que este conteúdo pode trazer, necessitando do auxílio de um profissional tecnicamente qualificado: o psicólogo. Nesse sentido, o presente artigo levanta o seguinte questionamento a respeito da educação sexual: qual a funcionalidade da psicologia para a integração da educação sexual no âmbito escolar?

Visto o exposto, o objetivo central deste trabalho foi promover uma discussão sobre a real importância do psicólogo no desenvolvimento de estratégias que visem a educação sexual dentro de instituições escolares. Realizou-se um breve estudo acerca da elaboração e estruturação do currículo escolar brasileiro ao longo da história, na tentativa de identificar as primeiras manifestações da educação sexual no currículo básico nacional. Buscou-se, também, conceituar a sexologia e evidenciar como esta pode ser utilizada pela psicologia na educação sexual escolar.

Para concretizar os objetivos supracitados, inicialmente, optou-se pela utilização de pesquisa exploratória, na qual foram analisados documentos, diversos artigos e livros que tratam da temática abordada nesse estudo. As consultas realizaram-se empregando as palavras-chaves: Educação sexual nas escolas; Sexologia e Psicologia; Educação sexual no Brasil. Levou-se em consideração, principalmente, os textos produzidos a partir dos anos 2000.

Esse estudo se justifica por apresentar um conteúdo de suma importância para a comunidade educacional. A sexualidade é enxergada como tabu na maioria das sociedades contemporâneas e deixada de lado, contudo, é um assunto de grande relevância, pois o sexo é algo natural, inerente ao ser humano e precisa ser levado em consideração para o desenvolvimento saudável e feliz dos indivíduos.

Diante deste quadro, faz-se necessária uma reflexão sobre como a sexualidade pode ser tratada dentro de instituições de Ensino Básico, com o objetivo de fornecer orientações para que o aluno compreenda determinados aspectos dessa temática e como o psicólogo deve fazer parte desse processo.

Destarte, o presente trabalho, além de ponto de reflexão, servirá como material de apoio para profissionais atuantes no setor educacional que visam uma melhor compreensão acerca de como se portar no momento de produzir estratégias de ensino voltadas para a temática do sexo.

2 EDUCAÇÃO BRASILEIRA - Dos Jesuítas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação: Uma breve análise histórica.

A estruturação da educação brasileira iniciou-se com a vinda dos Jesuítas ao Brasil, no início do processo de colonização Portuguesa por volta de 1549. Nesse período, Igreja e Estado ainda caminhavam juntos, o que fez com que a Coroa

Portuguesa enviasse religiosos para dar prosseguimento ao projeto de colonização do território brasileiro.

Partindo do pressuposto de que o fenômeno educacional não é um fenômeno independente e autônomo da realidade social de determinado momento histórico, devemos analisar o projeto jesuítico levando-se em conta o desenvolvimento social e produtivo da época colonial. Assim, pode-se supor que o modelo educacional proposto pelos jesuítas, que pretendia formar um modelo de homem, baseado nos princípios escolásticos, era coerente com as necessidades e aspirações de uma sociedade em formação na primeira fase do período colonial brasileiro. (NETO; MACIEL, 2008, p. 170)

Nesse contexto, o foco principal da educação, naquela época, era a catequização, e o objetivo maior era a conversão do índio brasileiro ao cristianismo. “Inicialmente, os Jesuítas baseavam suas atividades no ministério de Jesus e de seus discípulos, ou seja, de acordo com o modelo apostólico (vita apostolica) exemplificado no Novo Testamento” (SANTOS, 2009, p.66). O ensino era calcado na hierarquia professor-aluno, um método tradicional que, até hoje, pode ser verificado em algumas escolas. A disciplina era o pilar desta educação que buscava, principalmente, o desenvolvimento de homens cristãos que pudessem ser perfeitos aos olhos de Deus.

Para ter êxito nesse objetivo, os Jesuítas criaram o método pedagógico chamado Ratio Studiorum³ (Plano de Estudo) fundamentando em 3 processos: estudar, repetir e disputar. Essa metodologia serviu de base para o que se conhece hoje como Pedagogia Tradicional. Para estes religiosos, a vida era uma dádiva divina e homem deveria se esforçar para merecer tal dádiva.

Em 1760, deu-se o princípio do Período Pombalino, tendo recebido este nome por causa do Ministro Português Marquês de Pombal. Nessa época, Portugal estava em uma grande crise, o que ocasionou a vinda de muitos portugueses para as colônias brasileiras, resultando no fortalecimento do comércio interno, fato este que levou Portugal a repensar nas políticas dirigidas ao Brasil, dentre elas, as relacionadas à educação.

³ O Ratio Studiorum preceitua a formação intelectual clássica estreitamente vinculada à formação moral embasada nas virtudes religiosas, nos bons costumes e hábitos saudáveis a sociedade, explicitando de forma detalhada as modalidades curriculares das instituições escolares; o acompanhamento do desenvolvimento da aprendizagem e a promoção dos alunos; condutas e posturas respeitadas desde os que conduziam (professores) até os que aprendiam (alunos). (TOYSHIMA; COSTA, 2012, p.3).

Pombal, além de temer o pouco controle que Portugal tinha sobre os Jesuítas, discordava da metodologia de ensino empregada por estes. Seu objetivo maior era controlar os indígenas socialmente e economicamente para que eles agissem de acordo com os interesses de Portugal. Isso tudo culminou na expulsão dos Jesuítas do território brasileiro e, pela primeira vez na história do Brasil, o Estado assume para si as prerrogativas da educação.

Assim, em 1759, por meio de um Alvará Régio, Pombal promoveu a expulsão de todos os Jesuítas não só de Portugal, como também de todas as colônias portuguesas, inclusive o Brasil. Além disso, deixou de lado toda a metodologia jesuítica e instaurou as aulas régias, nas quais eram ensinados, de forma avulsa, Latim, Grego e Filosofia.

As aulas régias eram autônomas e isoladas, com professor único e uma não se articulava com as outras. Em lugar de um sistema mais ou menos unificado, baseado na seriação dos estudos, o ensino passou a ser disperso e fragmentado, baseado em aulas isoladas que eram ministradas por professores leigos e mal preparados. (SECO; AMARAL, 2006, p. 6)

Esta foi a primeira “reforma” educacional ocorrida no Brasil com resultados desastrosos, uma vez que o sistema instituído pelos Jesuítas era organizado e servia bem ao fim para que foi constituído. Pombal instalou políticas que nada tinham a ver com o povo brasileiro naquela época o que, de fato, deixou o ensino brasileiro em completo caos. Com o falecimento de Dom José I, muitas das ações de Pombal foram suprimidas. Assim, o então período Pombalino teve fim em 1808, com a chegada da família real ao Brasil, fato este que trouxe inúmeras transformações para o país e que deu início ao período educacional chamado Joanino, em virtude do nome de Dom João VI.

Nesta fase, o Brasil passou por uma série de transformações sociais e econômicas e, mais uma vez, a educação se incluiu neste meio, contudo, a educação básica foi deixada de lado nesse período. Existiam poucas escolas e, as que funcionavam - diferentemente da época dos Jesuítas, que atendiam à população carente – passaram a atender uma parcela mais abastada da comunidade.

Em 1822, em virtude do enfraquecimento do controle Português sobre a colônia, o Brasil torna-se independente de Portugal. Em 1824, instituiu-se a primeira Constituição Brasileira e esta tornava a educação primária gratuita para todos os cidadãos. E em 1827, surgiu a primeira lei educacional do Brasil que propôs as diretrizes que a educação deveria seguir a partir de então.

A mesma lei estabelecia o seguinte: os presidentes de província definiam os ordenados dos professores; as escolas deviam ser de ensino mútuo; os professores que não tivessem formação para ensinar deveriam providenciar a necessária preparação em curto prazo e às próprias custas; determinava os conteúdos das disciplinas; devem ser ensinados os princípios da moral cristã e de doutrina da religião católica e apostólica romana; deve ser dada preferência aos temas, no ensino de leitura, sobre a Constituição do Império e História do Brasil. (NASCIMENTO, 2006, p. 1)

O que se pode observar da educação no período imperial é que a presença do Estado foi parca e inexpressiva. Desde aquela época, existiam leis que garantiam educação para todos, mas na prática, não era o que ocorria. O panorama, na verdade, era formado por uma elite escravagista e autoritária que só se importava com os seus interesses. Assim, deu-se início ao abismo educacional da educação brasileira, na qual aos ricos era dado o direito de receberem uma educação de maior qualidade, em detrimento dos pobres, que tinham pouca, ou nenhuma, condição de estudar.

Do império passou-se a República, em 1889, e assim começou o surgimento de um Estado Oligárquico, que visava, mais uma vez, apenas atender o interesse de grupos dominantes. Elaborou-se uma nova Constituição em 1981. O café era o principal produto do país. O sistema político era baseado no medo, fazendo surgir a nomenclatura voto de cabresto⁴. O que se tinha era uma população alienada e analfabeta, completamente esquecida e aquém dos acontecimentos políticos e econômicos do país. Algumas medidas foram tomadas, mas uma atenção especial à educação somente foi dada na Era Vargas.

Foi Getúlio Vargas, em 1930, quem criou o primeiro ministério voltado à educação, o Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública. Somente com a constituição de 1934 que o assunto educação entrou na pauta política. Viu-se a necessidade de se elaborar um Plano Nacional de educação dando voz ao discurso da Pedagogia Nova, tentando equilibrar esta metodologia com a pedagogia tradicional vigente no país até então.

A Escola Nova retirava o foco do processo de ensino-aprendizagem do professor e direcionava ao aluno. Enquanto que a pedagogia tradicional se preocupava no como transmitir o conhecimento, a pedagogia nova se preocupou em

⁴ O voto de cabresto foi a ferramenta utilizada pelos coronéis para controlar o voto popular, por meio de abuso de autoridade, compra de votos ou utilização da máquina pública. (NETO, 2018)

como o aluno aprenderia o conteúdo (ANDREOTTI, 2006). Nesse período ganharam ênfase várias teorias da aprendizagem que buscavam corroborar esses novos métodos de ensino.

[...]a “Escola Nova” organizou-se basicamente na forma de escolas experimentais ou como núcleos raros, muito bem equipados e circunscritos a pequenos grupos de elite. No entanto, o ideário escolanovista, tendo sido amplamente difundido, penetrou nas cabeças dos educadores acabando por gerar conseqüências também nas amplas redes escolares oficiais organizadas na forma tradicional. Cumpre assinalar que tais conseqüências foram mais negativas que positivas uma vez que, provocando o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão de conhecimentos, acabou por rebaixar o nível do ensino destinado às camadas populares as quais muito freqüentemente têm na escola o único meio de acesso ao conhecimento. Em contrapartida, a “Escola Nova” aprimorou a qualidade do ensino destinado às elites. (SAVIANI, 1985, p. 14)

Apesar de não produzir os efeitos esperados, foi a partir da instauração do escolanovismo que o Governo passou a pensar na educação de um jeito diferente. Foi essa ideologia que incitou o pensamento educacional nos anos vindouros.

O Brasil estava progredindo industrialmente, mas as diferenças entre as classes sociais ainda persistiam. Em 1946, promulgou-se mais uma Constituição, mas foi somente em 1961 que foi aprovada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN - na tentativa de ampliar o ensino e torná-lo eficiente tanto para as camadas mais ricas, quanto para as mais pobres. Contudo, em virtude do crescente desenvolvimento do mercado atrelado ao sistema capitalista, o que se pôde observar é que a educação passou a atuar em favor do mercado, com o simples e único objetivo de abastecê-lo com mão de obra.

Por fim, em 1988, fez-se uma nova Constituição Federal que olhava atentamente para o setor educacional e, em 1996, uma nova LDBEN. Ambas cheias de direitos e prerrogativas que até hoje não se veem consolidadas na maioria das escolas Brasileiras. Foi só nesse período que a educação infantil passou de fato a ser obrigatória e garantida pelo Estado. A partir daí, a proteção à infância se tornou algo constante na legislação. LDBEN e Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) vieram com o objetivo principal de tonar a educação básica acessível, prezando pelo completo desenvolvimento da criança e do adolescente, tornando-os cidadãos aptos a exercerem os direitos e deveres inerentes à cidadania.

Todavia, o que se pôde observar com esta breve análise histórica, é que a educação vem passando, desde a época da colonização, por uma série de equívocos. Ao longo da história, é possível notar o descaso que o setor educacional

sofreu por parte de governo. É notório, também, o interesse das elites dominantes em manter o sistema tal qual como está, ineficiente.

Hoje, muitas mudanças ocorreram. Tem-se uma população mais ciente do quanto importante é estudar, contudo, o mesmo descaso que outrora rondava o Estado Português no início da colonização, ainda é atuante nos dias de hoje, dentro do governo brasileiro. Apesar disso, existe uma grande luta, seja por parte dos profissionais da educação, ou da comunidade escolar em burlar um sistema que ainda só gera desigualdades.

O currículo é engessado, comparado ao de países mais desenvolvidos, que além de inserirem conteúdos muito importantes, que estão além do saber teórico encontrado nos livros, permitem que escola e professores atuem de maneira mais livre.

O legado dos Jesuítas ainda impera na organização escolar brasileira, principalmente quando se trata das temáticas que devem ou não ser trabalhadas em sala de aula. Muitos são os tabus existentes ao se abordar diversos temas que deveriam ser discutidos com naturalidade, porém estes esbarram no tradicionalismo e na preservação da moral e dos bons costumes tal qual era pregada na época jesuítica. Um desses temas é a educação sexual.

2.1 A educação sexual no currículo escolar brasileiro

Sexo é um tema bastante corriqueiro entre jovens, adolescentes e, infelizmente, com o avanço da tecnologia de informação, também entre as crianças, que passaram a acessar conteúdos sexuais impróprios com bastante facilidade. Isso cria um alerta, pois mostra a urgência de se tratar sobre a temática da sexualidade dentro das salas de aula.

A principal lei educacional existente no Brasil é a Lei nº 9394/96, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, não faz nenhuma referência direta ao assunto sexualidade, mas disponibiliza meios para que esta temática seja devidamente abordada dentro do currículo escolar.

[...]§ 9º Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança e o adolescente serão incluídos, como temas transversais, nos currículos escolares de que trata o **caput** deste artigo, tendo como diretriz a Lei nº 8.069, de 13 de julho de

1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), observada a produção e distribuição de material didático adequado. (BRASIL, 1996)

Como se pode verificar, apesar de não versar diretamente sobre a questão da educação sexual, a LDB abre espaço para que esse assunto seja discutido como um tema transversal⁵, uma vez que se trata de proteção à criança e ao adolescente.

Na legislação Brasileira, o documento responsável pelo cuidado com os temas transversais são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) que, em seu texto de apresentação, aborda diretamente o conteúdo relacionado a sexualidade.

O compromisso com a construção da cidadania pede necessariamente uma prática educacional voltada para a compreensão da realidade social e dos direitos e responsabilidades em relação à vida pessoal, coletiva e ambiental. Nessa perspectiva é que foram incorporadas como Temas Transversais as questões da Ética, da Pluralidade Cultural, do Meio Ambiente, da Saúde e da Orientação Sexual. (BRASIL, 1997).

Os PCNs passam uma gama de orientações sobre como a sexualidade deve ser abordada pela comunidade escolar, dando diretrizes para professores, diretores e pedagogos, agentes educacionais que atuam diretamente no processo de ensino - aprendizagem. Além disso, o documento também propõe articulações para que a família e a comunidade escolar possam ser inseridas no contexto da educação sexual dentro da escola.

Ao tratar do tema Orientação Sexual, busca-se considerar a sexualidade como algo inerente à vida e à saúde, que se expressa no ser humano, do nascimento até a morte. Relaciona-se com o direito ao prazer e ao exercício da sexualidade com responsabilidade. Engloba as relações de gênero, o respeito a si mesmo e ao outro e à diversidade de crenças, valores e expressões culturais existentes numa sociedade democrática e pluralista. Inclui a importância da prevenção das doenças sexualmente transmissíveis/Aids e da gravidez indesejada na adolescência, entre outras questões polêmicas. Pretende contribuir para a superação de tabus e preconceitos ainda arraigados no contexto sociocultural brasileiro. (BRASIL, 1997)

Um dos objetivos dos PCNs é chamar a atenção para a necessidade da inclusão da sexualidade, da maneira mais adequada possível, dentro dos currículos escolares. As orientações presentes no documento apontam para ideia que este

⁵ Os “temas transversais” dizem respeito a conteúdos de caráter social, que devem ser incluídos no currículo do ensino fundamental, de forma “transversal”, ou seja: não como uma área de conhecimento específica, mas como conteúdo a ser ministrado no interior das várias áreas estabelecidas. (FIGUEIRÓ, 2000, p. 2)

tema, apesar de ainda ser tabu, deve sim ser abordado desde o ensino fundamental, a partir do terceiro e quarto ciclo, com uma ênfase maior no Ensino Médio, período no qual a sexualidade aflora com uma maior intensidade entre os adolescentes.

Todas as medidas citadas pelos parâmetros visam levar à reflexão, por meio de debates e estudos acerca de como o sexo está presente na vida de cada indivíduo e como este deve ser encarado. Entretanto, mesmo havendo tantas diretrizes, o Sistema de Ensino Brasileiro, seja público ou particular, ainda encontra muita dificuldade na empreitada de tentar tornar a sexualidade um assunto corriqueiro e natural.

Não é surpresa quando aparece no noticiário casos de pais e familiares que se dizem revoltados por determinada escola tentar abordar temáticas relacionadas à sexualidade, principalmente quando se trata da discussão de gênero. Antes, a escola era preocupada apenas com a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis ou gravidez indesejada. Hoje, a preocupação vai muito além, pois a discussão sobre a identidade de gênero tem entrado em voga, fazendo com que a sexualidade deixe de ser vista apenas por uma dimensão física e passe a ser encarada em sua plenitude, ou seja, incluindo sua dimensão psicológica, mas esta questão, ao que parece, foi deixada de lado pela Base Nacional Curricular Comum (BNCC).

A BNCC é um documento norteador de conteúdo elaborado para dar quais diretrizes o ensino brasileiro deve seguir. Foi aprovada em abril de 2018 trazendo muitos debates acerca das temáticas escolhidas como “apropriadas” para estarem presentes na grade curricular da educação básica. Um dos assuntos mais alardeados foi a supressão do termo “gênero” e “orientação sexual”, o que, para alguns autores, vai na contramão da discussão sobre o cenário LGBTQ atual.

O Conselho Nacional de Educação, em parecer emitido sobre a BNCC, alegou que essas terminologias foram deixadas de lado por criarem muito atrito nas votações do Congresso Nacional que objetivavam a aprovação da BNCC. Informando que, futuramente, o tema será melhor desenvolvido para, só assim, trazer um resultado satisfatório para todos (FERREIRA; MARIZ, 2017).

Para Junior (2018, p. 2):

Sem a presente discussão fica visível a possibilidade de violência de gênero e a discriminação sexual, no âmbito escolar, as quais podem se manifestar

por meio de ameaças, agressões físicas, constrangimentos, assédio sexual e/ou moral e abusos sexuais e estupro.

A lista de empecilhos para que a educação sexual ocorra de uma maneira eficaz não é muito animadora. Além de esbarrar no preconceito e na intolerância da sociedade em tratar dessa temática há, também, um fator de suma importância que é ignorado: o grande despreparo do setor educacional para lidar com o tema.

Muitas vezes, professores, pedagogos e diretores, embora tenham diretrizes a seguir, possuem dificuldades para trabalhar com este assunto que, para muitos, é de extrema delicadeza. Nesse sentido, uma solução viável para sanar, ao menos em parte, este problema seria a presença de um psicólogo na equipe de orientação pedagógica.

A legislação brasileira ainda não prevê a obrigatoriedade de um profissional da psicologia para atuar diretamente nas escolas, embora existam alguns projetos de lei em andamento, como o Projeto de Lei 3688/2000 e o Projeto de Lei 557/2013, que visam tornar obrigatória a presença de um psicólogo em uma unidade escolar, está ainda é uma realidade um tanto distante.

3 A SEXOLOGIA COMO PONTO DE PARTIDA PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL

O Estudo da psicologia humana abrange várias áreas, dentre elas, a sexologia, entendida como “Disciplina ligada à biologia, que toma por objeto de estudo a atividade sexual humana com um objetivo descritivo e terapêutico” (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 715).

A sexologia constituiu-se como ciência no final do século XIX com o advento do iluminismo, que foi o primeiro movimento a levar em consideração as questões sexuais. O rápido crescimento populacional e o surgimento de alguns distúrbios, como psicopatia sexual, levaram ao estudo do complexo universo da sexualidade. Contudo, só na virada do século XIX para o XX que os estudos dessa área foram consolidados pelo Trabalho de Sigmund Freud⁶ e Iwan Bloch⁷ (HAEBERLE, 1983).

⁶ Conhecido como o pai da psicanálise, Sigmund Freud foi o responsável pela revolução no estudo da mente humana (CANAL DA CIÊNCIA, 2011)

⁷ Um dos criadores da sexologia moderna (CHECCHIA et al, 2015).

Iwan foi o criador da terminologia *Sexualwissenschaft*⁸ que ao ser traduzida para outras línguas passou a ser chamada de sexologia.

Os primeiros sexólogos apoiavam-se na medicina com o intuito de construir uma visão objetiva dos comportamentos relacionados à sexualidade, isto é, uma visão não contaminada por considerações morais ou jurídicas. Ao fazê-lo, como não poderia deixar de ser, tomavam posições contrárias à moral vigente, propondo, num certo sentido, uma nova moral. Essa tomada de posição envolvia uma luta no campo das políticas públicas (ROHDEN; CARRARA; RUSSO, 2009 p. 587)

Na época, o objetivo maior era identificar os desvios sexuais mais perigosos e relacioná-los com a norma jurídica vigente, na tentativa de diferenciar comportamento criminoso de problemas psicológicos. Entretanto, após a Primeira Guerra Mundial, a sexologia já dava sinais de tentar assumir uma nova postura.

Logo após a Primeira Guerra Mundial, em especial sob a influência das teses de Wilhelm Reich⁹, a sexologia começou a deixar o campo das descrições literárias ou médico-legais: transformou-se num movimento político, centralizado na idéia da liberação sexual, e criou um modelo de psicoterapia que tinha por objeto a função do orgasmo, isto é, a mensuração e a descrição dos fenômenos psíquicos, fisiológicos e biológicos ligados às diferentes modalidades do ato sexual, inclusive a masturbação (ROUDINESCO; PLON, 1997, p. 715).

Contudo, todo esse progresso esbarrou nas dificuldades oriundas da Segunda Guerra Mundial. Quase tudo que havia sido criado pela sexologia alemã havia sido destruído pelo movimento nazista. Somente na década de 1960, que as reflexões acerca desta temática foram retomadas, agora no Estados Unidos, com os trabalhos de William Masters e Virginia Johnson¹⁰.

Nesse segundo momento da sexologia, o que se pode notar é um engajamento maior nos estudos voltados para fins terapêuticos. Enquanto que os primeiros sexólogos estavam intimamente ligados com o objetivismo da medicina,

⁸ *Sexualwissenschaft* foi a expressão em alemão utilizada por Iwan Bloch. Em tradução livre para a língua portuguesa significa Ciência Sexual.

⁹ Wilhelm Reich (1897-1957) foi um importante psiquiatra e psicanalista austríaco pioneiro no estudo dos fenômenos psicossomáticos. A partir da psicanálise de Freud, criou uma nova abordagem terapêutica que atenta simultaneamente aos processos orgânicos e energéticos do corpo humano. Sua terapia é denominada hoje como "Psicoterapia Reichiana" (FRAZÃO, 2017)

¹⁰ Ele médico ginecologista, ela psicóloga, ambos pesquisando a "resposta sexual humana" em um laboratório da Universidade de Washington, em Saint Louis (ROHDEN; CARRARA; RUSSO, 2009 p. 588)

nessa segunda fase os estudiosos preocuparam-se mais em tratar as disfunções sexuais com uma terapia específica.

Com o advento do movimento hippie, que pregava a liberdade sexual, e o crescente levante do movimento feminista, a sexualidade passou a entrar nas pautas políticas do mundo inteiro. Em 1978, criou-se a primeira Associação de Sexologia do Mundo e, desde então, a sexualidade tornou-se um tema mais que recorrente em várias agendas governamentais.

Ao lado do operariado, surgem como força política os grupos marginalizados, periféricos em relação à norma masculina, branca e heterossexual. A esfera da sexualidade será um dos principais campos de embate e afirmação de um “novo mundo”, tanto do ponto de vista da contracultura jovem, quanto do ponto de vista das mulheres e do nascente movimento homossexual. Tratava-se de politizar, trazer para o debate político público, questões que haviam sido incorporadas ao discurso neutralizante da medicina ROHDEN; CARRARA; RUSSO, 2009 p. 589)

Na década de 1980 esses movimentos relacionados ao sexo ficaram ainda mais fortes, principalmente com o surgimento da AIDS¹¹ e a descoberta de que esta era uma doença sexualmente transmissível. A partir da década de 1990, surgiram várias instituições de ensino que propunham uma formação voltada para o atendimento clínico, deixando de lado a primeira vertente da sexologia, que era mais voltada para a questão psicológica e ginecológica, para voltar-se a uma espécie de medicina sexual.

Russo et al (2009) propõe uma divisão da sexologia em três grandes eixos: medicina sexual, sexologia clínica e sexologia educacional. A primeira está mais relacionada tanto à biomedicina e à indústria farmacêutica, como à sexologia clínica. A segunda, sexologia clínica, está enraizada em conhecimentos científicos. A última, sexologia educacional, está voltada para a orientação de professores, adolescentes e crianças. As 3 vertentes complementam-se entre si e servem de apoio para se compreender um pouco desse vasto universo de informações que envolve a sexualidade humana.

4 CONTRIBUIÇÃO DA PSICOLOGIA PARA A EDUCAÇÃO SEXUAL NAS ESCOLAS

¹¹ Sigla da doença Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, causada pelo vírus HIV.

Educação sexual é o processo pelo qual se busca esclarecer dúvidas de inerentes a sexualidade, com um atendimento voltado, principalmente, para professores, jovens e crianças. Hoje, a terminologia educação sexual, em alguns lugares, é substituída por “orientação sexual”

A educação sexual aborda temas como o sexo, a gravidez, o aborto, métodos contraceptivos, a importância da camisinha e doenças sexualmente transmissíveis. Alguns defendem que tal termo já caiu em desuso cedendo lugar para o termo orientação sexual, mas esse ainda confunde algumas pessoas, pois também é empregado para designar a opção sexual de cada indivíduo, ou seja, sua preferência por indivíduos de gênero igual, diferente ou por ambos. (CABRAL, 2018, p.1)

Em recente pesquisa publicada pela Universidade do Estado de São Paulo, a pesquisadora Abdo (2018) constatou que os jovens têm iniciado a vida sexual cada vez mais cedo, geralmente aos 13 anos, o que leva a urgência de se pensar em estratégias para que a educação sexual tenha um resultado efetivo não só dentro das escolas, como também no seio familiar.

Com o crescente avanço da internet, crianças, adolescentes e jovens têm acesso a todo tipo de informação que, nem sempre, fornecem a orientação adequada. A pornografia é algo muito perigoso também. Com apenas um click é possível acessar a todo o momento sites que mostrem conteúdos sexuais que, muitas vezes, não condizem com uma realidade de vida sexual saudável, capaz de tornar o indivíduo pleno e em equilíbrio emocional. Nos dias de hoje, não é raro encontrar um jovem que seja viciado em pornografia antes mesmo de ter iniciado a vida sexual, como também é fácil de encontrar jovens que pautam suas experiências sexuais baseadas naquelas que enxergam na tela do computador.

Infelizmente, essa busca pela expressão da afetividade e por prazer nem sempre é amparada por uma Educação que aborde a sexualidade em seus aspectos biológicos, culturais e sociais, como recomendam os parâmetros curriculares de ciências do Ministério da Educação (MEC). O resultado disso é a continuidade de comportamentos de risco, como o não uso de proteção durante a relação sexual, por exemplo. De acordo com a Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar (Pense), em 2015, dos adolescentes do 9º ano do Ensino Fundamental sexualmente ativos, 33,8% disseram não ter usado camisinha na última relação sexual. Apesar disso, 7 em cada 10 afirmaram ter recebido informação a respeito na escola. Ou seja, apenas passar informação não é suficiente. (KESLEY, n.p, 2018)

Braga (2002) orienta que a educação sexual precisa começar na infância, uma vez que é a partir desta fase que a sexualidade começa a se manifestar no indivíduo percorrendo todo o seu histórico de vida, seja na adolescência, na fase adulta, ou na terceira idade. Portanto, esperar para tratar desse assunto somente da adolescência é erro crasso que pode ocasionar uma série de problemas posteriores.

Segundo relatório do Disk 100, no ano de 2017, foram registradas cerca de 84.049 denúncias de abusos contra crianças e adolescentes. Este relatório aborda vários tipos de violações, dentre elas, as de cunho sexual, que totalizaram 20.330.

A escola, por meio da educação sexual, é peça chave para a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescente, pois com algumas poucas orientações, é possível reconhecer um comportamento abusivo e acionar o responsável para que este tome as providências cabíveis. Contudo, isso não é tarefa fácil, uma vez que a questão da sexualidade ainda é rodeada por imensos tabus dentro da sociedade Brasileira.

Muitos pais e familiares acreditam que a educação sexual serve apenas para induzir ao sexo e, por isso, são veemente contra ao seu ensino dentro do ambiente escolar. Uma outra dificuldade muito comum, é o despreparo dos professores ao lidar com o tema, muitos não conseguem se desvincular das próprias crenças e acabam gerando uma confusão ainda maior na cabeça dos alunos.

Uma educação sexual ética e comprometida com a emancipação dos indivíduos deve questionar e debater os padrões de normalidade transmitidos entre as gerações e que contribuem para a naturalização de comportamentos sexuais. É preciso ressaltar que a sexualidade é uma construção social e, como tal, impõe certos padrões de como devemos nos comportar. (MAIA et al., 2016, p. 6)

É neste sentido que a atuação do psicólogo deve se fazer presente, para orientar a escola, como um todo, a lidar com essa questão, pois somente esse profissional é dotado de conhecimento científico capaz de sanar dúvidas e trazer as melhores estratégias, uma vez que professores, pedagogos e diretores, possuem apenas uma visão superficial sobre sexualidade, visão esta que muitas vezes é influenciada pelas próprias experiências de vida destes, o que os leva a desconsiderar o educando como um outro ser, em um outro tempo, em uma situação histórico-cultural distinta.

O direito dos indivíduos ao acesso à educação sexual formal e à discussão a respeito de saúde e sexualidade não deve se restringir às questões de prevenção e saúde sexual, direcionando “decisões certas” – geralmente relacionadas aos padrões sociais desejáveis. Essa educação, orientada por conhecimentos científicos acerca da temática da sexualidade, deve abranger a ludicidade, o prazer, a liberdade de viver a sexualidade (ainda que com responsabilidade) e voltadas à saúde sexual. Isto é, os conhecimentos científicos sobre a sexualidade deveriam ter caráter crítico sobre o tema, não sendo apenas de caráter biologizante e preventivo (MAIA et al., 2016, p. 8)

Professor não é psicólogo. Ele não recebeu formação técnico-científica adequada para lidar com os pormenores de casos pessoais. O máximo que o um discente deve fazer é levantar discussões e reflexões acerca de situações vividas no cotidiano sociocultural do país. Questões mais inerentes a único indivíduo da sala de aula devem ser deixadas de lado e encaminhadas ao profissional adequado, bem como as orientações voltadas para a família e como esta deve lidar com a sexualidade dos filhos.

O contato com o trabalho da Psicologia traz a possibilidade de um diálogo aberto que possibilita aos pais confiança para compartilhar angústias e medos postos pela difícil tarefa de se educar os filhos no mundo moderno. Além disto, as famílias podem receber orientações ou mesmo sugestões de encaminhamentos para outros profissionais quando isto se faz necessário. (MEIRA, 2006, p. 28)

É fato que a presença do psicólogo no ambiente escolar para lidar com as questões da sexualidade muito contribui para que a educação sexual possa surtir o efeito almejado. Contudo, infelizmente, a realidade nas instituições de ensino brasileiras muito diverge daquilo que deveria ser um padrão excelente de atendimento. São raras as escolas que dispõe de um psicólogo a disposição de alunos e professores. A grande maioria que possui esse tipo de atendimento são escolas privadas.

A legislação brasileira ainda é falha ao garantir a obrigatoriedade do profissional de psicologia no âmbito escolar. Fato este que precisa, ainda, ser muito discutido, devido à sua total relevância para o desenvolvimento do educando como cidadão pleno e ativo dentro da sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A sexualidade é algo inerente ao ser humano, uma característica que o acompanha ao longo de toda a vida e, por causa disso, deve ser tratada com toda atenção possível. Contudo, o que se pode enxergar é que, por mais importante que seja, é relegada ao status de assunto tabu, sem nunca ser abordada como realmente merece. Família, Estado, Escola, todos tendem a ignorar a real dimensão que deve ser dada a este tema.

Existem muitas pesquisas acerca do tema que podem sim servir como suporte para uma abordagem mais adequada. A psicologia, a Biologia, a História, todas têm vários estudos que muito colaboram para uma ampla compreensão do desse assunto, o que possibilita uma maior reflexão sobre as estratégias sobre como tratá-lo, seja em casa, na família ou na escola.

É fato que evoluímos em muitos aspectos desde a educação jesuítica até a atualidade, contudo, melhorias ainda precisam ser feitas. Currículos precisam ser modificados, orientações necessitam de objetivos mais claros e o Estado precisa tornar obrigatório dentro de toda escola a presença de um profissional adequadamente habilitado para tratar do tema.

A presente pesquisa concretizou todos os seus objetivos ao conseguir analisar o currículo escolar brasileiro e verificar como a sexualidade vem sendo tratada. Além disso, também conseguiu conceituar de forma breve como a sexologia é pode ser utilizada para otimizar a educação sexual. Tudo isso possibilitou perceber o quão importante é a atuação do psicólogo para uma educação sexual escolar eficaz, que logre resultados positivos tanto para os estudantes, como para a comunidade escolar em geral. Contudo, é preciso, também, levar em consideração que este não é um trabalho uníssono, mas sim uma ação em conjunto que possa envolver amplamente a todos que dela possam participar ou sentir seus efeitos seja direta ou indiretamente.

O que se pode esperar é que a sociedade possa compreender essa importância e passe a pressionar o poder governamental para que este atue de maneira mais incisiva na legislação, de modo a tornar obrigatória a presença de um psicólogo em todas as escolas de educação básica.

REFERÊNCIAS

ABDO, Carmita. **Mosaico 2.0**. Universidade de São Paulo, 2018. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/adolescentes-iniciam-vida-sexual-cada-vez-mais-cedo/>>. Acessado em 04 nov. 2018.

ANDREOTTI, Azilde L. **O governo Vargas e o equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova**. Revista HISTEDBR. Universidade de Campinas. São Paulo, 2006. Disponível: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_era_vargas_intro.html>. Acessado em 29 out. 2018.

BRAGA, E.R.M. **Sexualidade Infantil: Uma investigação acerca da Concepção das Educadoras de uma Creche Universitária sobre Educação Sexual**. Assis – SP. UNESP – Universidade Estadual Paulista/Campus Assis, Mestrado (Dissertação), 2002

BRASIL. **Lei 9.394**. Dispõe sobre as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União. Brasília, 1996.

_____. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : apresentação dos temas transversais, ética / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997

CABRAL, Gabriela. **Educação Sexual**. Mundo Educação, 2018. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/sexualidade/educacao-sexual.htm>>. Acessado em 04 nov. 2018.

CANAL DA CIÊNCIA. **Sigmund Freud: vida, obra e descobertas**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.canalciencia.ibict.br/personalidades_ciencia/Sigmund_Freud.html>. Acessado em 02 nov. 2018.

CHECCHIA, Marcelo et al. **O drama do incesto e outros textos**. Atas da sociedade de psicanálise de Viena, Scriptorioun, 2015.

FERREIRA, Paula; MARIZ, Renata. **CNE retira gênero e orientação sexual da Base Curricular**. O Globo. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/cne-retira-genero-orientacao-sexual-da-base-curricular-22179063>> . Acessado em 20 nov. 2018.

FIGUEIRÓ, Mary Neide Damico. **A viabilidade dos temas transversais à luz da questão do trabalho docente**. Revista de Psicologia Social e Institucional. Universidade Estadual de Londrina. Paraná, 2000. Disponível em: <<http://www.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov2n12.htm>>. Acessado em 31 out. 2018.

FRAZÃO, Dilva. **Wilhelm Reich**. E-biografia. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/wilhelm_reich/>. Acessado em 01 nov. 2018.

JUNIOR, Paulo Roberto Souza. **A questão de gênero, sexualidade e orientação sexual na atual base nacional comum curricular (BNCC) e o movimento LGBTTQIS**. Revista de Gênero, Sexualidade e Direito. Rio de Janeiro, 2018.

KESLEY, Pricilla. **Para que serve a educação sexual na escola?** Portal todos pela educação. Disponível em: < <https://www.todospelaeducacao.org.br/conteudo/para-que-serve-a-educacao-sexual-na-escola/>>. Acessado em 04 nov. 2018.

MAIA et al. **Educação sexual na escola a partir da psicologia histórico-cultural**. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá, 2012. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v17n1/v17n1a16.pdf>>. Acessado em 04 nov. 2018.

MEIRA, M E. M. et al. **Psicologia Escolar, Desenvolvimento Humano e Sexualidade: Projetos de orientação sexual em instituições educacionais**. Rev. Ciênc. Ext. v.2, n.2, p.2, 2006

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS. **Balanco disk 100 2017**. Brasília, 2017. Disponível em: <<http://www.mdh.gov.br/informacao-ao-cidadao/ouvidoria/balanco-disque-100>> . Acesso em 20 de novembro de 2018.

NASCIMENTO, Maria Izabel Moura. **Organização da educação nacional (1822-1889)**. Revista HISTEDBR. Universidade de Campinas. São Paulo, 2006. Disponível em: < http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_imperial_intro.html>. Acessado em 30 out. 2018.

NETO, Alexandre Shigunov; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. **O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões**. Revista Educar. Universidade Federal do Paraná, 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a11>>. Acessado em 29 out. 2018.

NETO. Eduardo Belém de Andrade. **Voto de cabresto: entenda seu funcionamento e como identificá-lo hoje**. Revista On Line Abril. Editora Abril. São Paulo, 2018. Disponível em: < <https://guiadoestudante.abril.com.br/blog/atualidades-vestibular/voto-de-cabresto-entenda-seu-funcionamento-e-como-identifica-lo-hoje/>>. Acessado em 30 out. 2018.

ROUDINESCO, Elisabeth; PLON, Michel. **Dicionário de Psicanálise**. Ed. Zahar Jorge. São Paulo, 1998.

RUSSO, Jane A. et al. **O campo da sexologia no Brasil: constituição e institucionalização**. Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: < <https://www.scielosp.org/article/physis/2009.v19n3/617-636/>>. Acessado em 04 nov. 2018.

RUSSO, Jane; CARRARA, Sérgio; ROHDEN, Fabíola. **Sexualidade, Ciência e Profissão**. Physis Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, 2009.

Sacrilegens: Revista dos Alunos do Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião – Universidade Federal de Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/sacrilegens/files/2009/06/4-6.pdf>>. Acessado em: 29 out. 2018.

SANTOS, Breno Machado dos. **Missões e Colégios: os jesuítas no Brasil no final do século XVI.**

SAVIANI, D. **Escola e Democracia.** São Paulo, Cortez, 1985.

SECO, Ana Paula; AMARAL, Tania Conceição Iglesias do. **Marquês de Pombal e a reforma educacional brasileira.** Revista HISTEDBR. Universidade de Campinas. São Paulo, 2006. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/periodo_pombalino_intro.html#_ftn2>. Acessado em 30 out. 2018.

TOYSHIMA, Ana Maria da Silva; COSTA, Célio Juvenal. **O Ratio Studiorum e seus processos pedagógicos.** São Paulo: 2012. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_05/104.pdf. Acesso em 07 out. 2018.